

São Joaquim Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
São Joaquim Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da São Joaquim Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

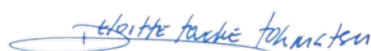
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

2021BH008022_SJO 2021-06-30 - Relatório do Auditor São Joaquim 30.06.2021_rDCP270721.docx

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	1.091	2.004	Fornecedores		107	757
Aplicações financeiras	4 (b)	117	3.346	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		8	62
Contas a receber de clientes	5	5.895	4.139	Impostos e contribuições a recolher		1.095	1.117
Impostos a recuperar		283	244	Provisão para férias e 13º salário		134	120
Despesas antecipadas		5	183	Receita diferida	8	881	1.289
Outros ativos circulantes		<u>163</u>	<u>6</u>	Provisões para compromissos futuros	9	116	197
Total dos ativos circulantes		<u>7.554</u>	<u>9.922</u>	Dividendos a pagar	7 e 10 (c)	10.606	13.166
				Outros passivos	1.2 e 14	<u>1.492</u>	<u>734</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>14.439</u>	<u>17.442</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	13	43	89	Provisões para compromissos futuros	9	<u>1.546</u>	<u>1.515</u>
Depósitos judiciais		2.247	492	Total dos passivos não circulantes		<u>1.546</u>	<u>1.515</u>
Outros ativos não circulante		287	287				
Imobilizado	6	62.355	62.510				
Intangível		<u>385</u>	<u>484</u>				
Total dos ativos não circulantes		<u>65.317</u>	<u>63.862</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	10 (a)	30.226	30.226
				Reservas de lucros		<u>26.660</u>	<u>24.601</u>
				Total do patrimônio líquido		56.886	54.827
TOTAL DOS ATIVOS		<u>72.871</u>	<u>73.784</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>72.871</u>	<u>73.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto o lucro por ação e quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	11	17.930	14.184
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(35)	(32)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(303)	(174)
Custos com pessoal		(430)	(444)
Custos com operação		(61)	(84)
Custos com manutenção		(330)	(332)
Outros custos		(6)	(28)
Custo com meio ambiente		(17)	(17)
Custo com seguros		(184)	(48)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	(738)	(796)
Custos com depreciação e amortização		(1.188)	(1.012)
		(3.292)	(2.967)
LUCRO BRUTO		14.638	11.217
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(224)	(226)
Despesas administrativas e gerais		(70)	(128)
Resultado na alienação de ativos		-	(97)
Outras despesas operacionais		(54)	(67)
		(348)	(518)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.290	10.699
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	12	(4)	(9)
Receitas financeiras	12	39	64
		35	55
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.325	10.754
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	13	(557)	(503)
Diferido	13	(17)	40
		(574)	(463)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.751	10.291
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,59	0,44
Quantidade média ponderada de ações		23.373.228	23.373.228

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	13.751	10.291
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>13.751</u>	<u>10.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		30.226	6.045	11.383	-	47.654
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,49 por ação)	10 (c)	-	-	(11.383)	-	(11.383)
Lucro líquido do período		-	-	-	10.291	10.291
Dividendos propostos (R\$0,44 por ação)	10 (d)	-	-	10.291	(10.291)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>10.291</u>	<u>-</u>	<u>46.562</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		30.226	6.045	18.556	-	54.827
Dividendos adicionais distribuídos (R\$0,50 por ação)	10 (c)	-	-	(11.692)	-	(11.692)
Lucro líquido do período		-	-	-	13.751	13.751
Dividendos propostos (R\$0,59 por ação)	10 (d)	-	-	13.751	(13.751)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>30.226</u>	<u>6.045</u>	<u>20.615</u>	<u>-</u>	<u>56.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.325	10.754
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível		-	97
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	12	(17)	(11)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	12	(10)	(53)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	12	-	1
Depreciação e amortização		1.188	1.012
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	738	796
Constituição do ajuste MRE		114	1.696
Apropriação de receita diferida	8	(667)	(378)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		20	(48)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(1.756)	(1.046)
Impostos a recuperar		(39)	(29)
Despesas antecipadas		178	41
Outros ativos		(12)	(3)
Fornecedores		(86)	5
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(54)	(48)
Impostos e contribuições a recolher		(415)	(243)
Provisão de férias e 13º salário		14	61
Pagamento compromissos futuros	9	(80)	(44)
Outros passivos		20	-
Caixa gerado nas operações		13.461	12.560
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(151)	(138)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		13.310	12.422
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Depósitos judiciais		(1.739)	(45)
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		3.239	(7.965)
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.471)	(7.019)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado		-	5.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		29	(10.029)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	10 (c)	(14.252)	(1.563)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.252)	(1.563)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(913)	830
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	2.004	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.091	831
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(913)	830

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SÃO JOAQUIM ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Joaquim Energia S.A. ("Companhia" ou "São Joaquim") é uma subsidiária direta da PCHPAR Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus - Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A São Joaquim poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 404/2000 e nº 237/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, está localizada no Rio Benavente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, com capacidade instalada de 21 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com 16 km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008.

Em 17 de abril de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.564, e em 1º de maio de 2008, conforme Despacho ANEEL nº 1.741, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, com potência instalada total em operação de 21 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,28 MW médios. O término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2021, o balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$6.885 (R\$7.520 em 31 de dezembro de 2020). No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando que o montante de R\$682 referente aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) serão descontados dos faturamentos da PCH. Os descontos se darão em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico (“PRH”) no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsia, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$1.472 constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$738.

1.3. Sinistro de São Joaquim

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17/01/2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo as unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH São Joaquim. A seguradora efetuou os pagamentos de R\$5.000 em 10 de junho de 2020 e R\$5.000 em 23 de novembro de 2020, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Estes valores, deduzidos de R\$150 relativos à recuperação de despesas de sinistro, juntamente com os efeitos da baixa dos ativos substituídos, no montante de R\$7.256, foram reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” ao longo do exercício de 2020.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está aguardando a análise final pela Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema. Estima-se que o processo relativo à regulação do sinistro se encerre ainda no exercício de 2021.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	107	-	-	107
	<u>107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>107</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	890	-
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (i)	201	2.004
	<u>1.091</u>	<u>2.004</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas à 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

b) Aplicações financeiras

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	117	3.346
	<u>117</u>	<u>3.346</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83% e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$5.895 em 30 de junho de 2021 (R\$4.139 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$1.348 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos	-	1.662	-	1.662	1.631
Turbina hidráulica	2,50%	7.715	(1.864)	5.851	5.947
Conduto forçado	3,13%	7.124	(2.845)	4.279	4.390
Gerador	3,33%	4.475	(1.506)	2.969	3.043
Comporta	3,33%	1.403	(608)	795	818
Subestação unitária	3,57%	7.167	(3.331)	3.836	3.951
Estrutura de tensão	3,57%	2.561	(1.002)	1.559	1.605
Casa de força produção hidráulica	2,00%	31.599	(7.777)	23.822	24.134
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	13.983	(2.660)	11.323	10.645
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	7.733	(1.790)	5.943	6.037
Imobilizado em curso	-	316	-	316	309
		<u>85.738</u>	<u>(23.383)</u>	<u>62.355</u>	<u>62.510</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2020 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação de seus ativos, tendo em vista que estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2021</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	1.631	31	-	1.662
Turbina hidráulica	7.715	-	-	7.715
Conduto forçado	7.124	-	-	7.124
Gerador	4.475	-	-	4.475
Comporta	1.403	-	-	1.403
Subestação unitária	7.154	13	-	7.167
Estrutura de tensão	2.561	-	-	2.561
Casa de força produção hidráulica	31.591	8	-	31.599
Reservatório, barragem, adutora	13.172	812	(1)	13.983
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	7.680	53	-	7.733
Imobilizado em curso	309	7	-	316
	<u>84.815</u>	<u>924</u>	<u>(1)</u>	<u>85.738</u>
 <u>(-) Depreciação</u>				
Turbina hidráulica	(1.768)	(96)	-	(1.864)
Conduto forçado	(2.734)	(111)	-	(2.845)
Gerador	(1.432)	(74)	-	(1.506)
Comporta	(585)	(23)	-	(608)
Subestação unitária	(3.203)	(128)	-	(3.331)
Estrutura de tensão	(956)	(46)	-	(1.002)
Casa de força produção hidráulica	(7.457)	(320)	-	(7.777)
Reservatório, barragem, adutora	(2.527)	(133)	-	(2.660)
Outras máquinas e equipamentos	(1.643)	(147)	-	(1.790)
	<u>(22.305)</u>	<u>(1.078)</u>	<u>-</u>	<u>(23.383)</u>
 Imobilizado Líquido	<u>62.510</u>	<u>(154)</u>	<u>(1)</u>	<u>62.355</u>

06/2020

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2020
<u>Custo</u>					
Terrenos	1.572	29	-	-	1.601
Turbina hidráulica	7.247	137	(1.595)	1.470	7.259
Conduto forçado	7.185	-	-	-	7.185
Gerador	5.424	63	(1.888)	694	4.293
Comporta	1.399	-	-	-	1.399
Subestação unitária	7.374	-	(268)	44	7.150
Estrutura de tensão	2.560	-	-	-	2.560
Casa de força produção hidráulica	33.365	613	(2.495)	675	32.158
Reservatório, barragem, adutora	10.489	34	(49)	15	10.489
Adiantamento a fornecedores	-	758	-	(758)	-
Outras máquinas e equipamentos	5.668	751	(2.292)	3.117	7.244
Imobilizado em curso	75	5.920	-	(5.257)	738
	<u>82.358</u>	<u>8.305</u>	<u>(8.587)</u>	<u>-</u>	<u>82.076</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(2.054)	(90)	473	-	(1.671)
Conduto forçado	(2.534)	(112)	-	-	(2.646)
Gerador	(2.034)	(87)	1.557	-	(564)
Comporta	(537)	(23)	-	-	(560)
Subestação unitária	(3.061)	(131)	116	-	(3.076)
Estrutura de tensão	(864)	(46)	-	-	(910)
Casa de força produção hidráulica	(7.679)	(222)	483	-	(7.418)
Reservatório, barragem, adutora	(2.445)	(105)	11	-	(2.539)
Outras máquinas e equipamentos	(2.239)	(110)	850	-	(1.499)
	<u>(23.447)</u>	<u>(926)</u>	<u>3.490</u>	<u>-</u>	<u>(20.883)</u>
Imobilizado líquido	<u>58.911</u>	<u>7.379</u>	<u>(5.097)</u>	<u>-</u>	<u>61.193</u>

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	30/06/2021	31/12/2020
<u>Passivo circulante - Fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (i)	<u>3</u>	<u>180</u>
	<u>3</u>	<u>180</u>
<u>Passivo circulante - Dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	<u>10.606</u>	<u>13.166</u>
	<u>10.606</u>	<u>13.166</u>

- (i) Refere-se a gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

8. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Exposição ao MRE (a)	881	1.289
Total	<u>881</u>	<u>1.289</u>

b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2021</u>
Exposição ao MRE (a)	1.289	259	(667)	881
	<u>1.289</u>	<u>259</u>	<u>(667)</u>	<u>881</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2020</u>
Exposição ao MRE (a)	746	1.696	(378)	2.064
	<u>746</u>	<u>1.696</u>	<u>(378)</u>	<u>2.064</u>

(a) Exposição ao MRE- 2020/2021 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

9. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/2021</u>
Compromissos socioambientais (a)	21	-	(1)	-	20
Provisão para medidas compensatórias (b)	192	-	-	(80)	112
Provisão para legalização de terras (c)	189	-	-	-	189
Provisão para indenizações de terras (d)	1.310	31	-	-	1.341
Total	<u>1.712</u>	<u>31</u>	<u>(1)</u>	<u>(80)</u>	<u>1.662</u>
Passivo circulante	197				116
Passivo não circulante	1.515				1.546

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.

- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IEMA/ES em 7 de novembro de 2012, com prazo de validade de 4 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$30.226 e está representado por 23.373.228 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. A Companhia não vem constituindo reserva legal, uma vez, que atingiu, em exercícios anteriores, o limite de 20% do capital social estabelecida pela legislação societária.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.925
Dividendos distribuídos	11.383
Dividendos pagos	(1.563)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>24.745</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.166
Dividendos distribuídos	11.692
Dividendos pagos	(14.252)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>10.606</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$13.751 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$10.291 em 30 de junho de 2020), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

11. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	18.057	16.040
Ajustes:		
Constituição do Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	538	(1.318)
Recontabilização + Consumo Interno	15	-
	<u>18.610</u>	<u>14.722</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(659)	(586)
PIS e COFINS diferidos	(21)	48
	<u>(680)</u>	<u>(538)</u>
Receita líquida de vendas	<u>17.930</u>	<u>14.184</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre os compromissos futuros	-	(1)
Outras despesas	(4)	(8)
	<u>(4)</u>	<u>(9)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	10	53
Rendimento de aplicações em renda variável	12	-
Atualização depósito judicial	17	11
	<u>39</u>	<u>64</u>
Total líquido	<u>35</u>	<u>55</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita bruta tributável	18.057	18.057	16.040	16.040
Receita diferida	553	553	(1.318)	(1.318)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	22	22	53	53
Outras receitas financeiras	17	17	11	11
Base de cálculo	1.528	2.272	1.242	1.831
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	382	204	310	165
Diferença de alíquota (*)	(12)	-	(12)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>370</u>	<u>204</u>	<u>298</u>	<u>165</u>
Correntes	(359)	(198)	(324)	(179)
Diferidos	(11)	(6)	26	14

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IR é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
PIS/COFINS diferidos	23	48
IRPJ/CSLL diferidos	20	41
	<u>43</u>	<u>89</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	30/06/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.091	2.004
Aplicações financeiras	117	3.346
Contas a receber	5.895	4.139
Deposito judiciais	2.247	492
Outros ativos	297	6
<u>Passivos financeiros:</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	107	757
Outros passivos	20	-

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (6,75%), de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tal taxa foi estressada em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Operação	Exposição	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	30/06/21					
Caixa e equivalentes de caixa	201	Baixa do CDI	Resultado	14	10	7
Aplicação financeira	117	Baixa do CDI	Resultado	8	6	4

15. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$4.797 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$144.160, lucros cessantes no montante de R\$45.362, linha transmissão - R\$7.111 e Barragens - R\$18.594.

16. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Adição compromissos futuros em contrapartida da rubrica de ativo intangível	31	33
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	1	16
Reversão no custo sobre aquisição do ativo imobilizado	599	5
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de impostos - Sinistro do ativo imobilizado	-	83
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores - Sinistro do ativo imobilizado	-	598
Aquisição de imobilizado entre partes relacionadas em contrapartida a rubrica de fornecedores	-	579

17. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar
Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG – 110.880/O-2